



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Palhoça

2018

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas, da Universidade do Sul de
Santa Catarina, como requisito parcial para
obtenção da aprovação na disciplina de
Trabalho de Conclusão de Curso em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro

Palhoça

2018

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

**ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E NO TRABALHO: EXEMPLO DESENVOLVIDO
PELA ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE SANTA CATARINA**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 30 de novembro de 2010.

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, Silvania da Silva Machado dos Santos e Marcos Maciesky e Silva dos Reis.

AGRADECIMENTOS

***AGRADEÇO A DEUS E A MINHA FAMÍLIA PELA POSSIBILIDADE E ENTUSIASMO
PARA A CONCRETIZAÇÃO DESSE TRABALHO ACADÊMICO.***

LISTA DE SIGLAS

Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde - CEDRHUS
Diretoria de Desenvolvimento Humano - DIDH
Ensino a Distância - EaD
Escola de Formação Técnica em Saúde - GEFOS
Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina - ESP/SES/SC
Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - ESP/SES/SC
Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Diretoria de Administração de Pessoal - GEDRHUS
Gerências da Escola de Saúde Pública - GEESP
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP
Santa Catarina - SC
Secretaria de Estado da Saúde - SES
Sistema Único de Saúde - SUS
Superintendência de Gestão do Sistema Único de Saúde - SUG/SUS

LISTA DE QUADOS

Quadro 1- Instrumento de coleta de dados

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	06
LISTA DE QUADROS	07
1 INTRODUÇÃO	09
1.1 OBJETIVO GERAL	10
1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 EDUCAÇÃO	12
2.1 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	14
3 METODOLOGIA	20
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO	23
4.2 PROPOSTA DE SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO APRESENTADA	25
4.3 PROPOSTA DE MELHORIA A REALIDADE ESTUDADA	27
4.4 RESULTADOS ESPERADOS	28
4.5 VIABILIDADE DA PROPOSTA	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6 REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, configura-se consenso quanto à relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu grau escolar, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo.

Neste sentido, a política educacional está relacionada diretamente com o contexto e a organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela se processa.

A política educacional deve assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem, por fim, proporcionar condições mais igualitárias de vida, proporcionando oportunidades iguais de existência para todos.

Pode-se dizer que o financiamento da educação básica refere-se aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Assim, o papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão de obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mutações econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

Por este ângulo, o conhecimento tem espaço sólido em qualquer projeção que se faça do futuro. À vista disso, há um consenso de que o desenvolvimento de um país está vinculado à qualidade da sua educação.

É diante deste enfoque que as possibilidades para a educação são otimistas e, assim sendo, busca-se neste estudo de caso compreender a educação no contexto da globalização e da era da informação, apontando o questionamento de como permanecerá o enfoque da educação, tendo como bases as categorias fundantes para o futuro?

Tomando como base o problema de pesquisa, apresenta-se, na sequência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

1.1 OBJETIVO GERAL

- Discutir a abordagem contemporânea dada à educação na sociedade brasileira, sobretudo às ideias de educação como fomentadora de competitividade econômica em Santa Catarina.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apontar as funções da educação no desenvolvimento ou do papel da educação na transformação das estruturas econômicas e sociais, no estímulo ao avanço tecnológico ou na sua atuação como investimento e apresentar a percepção dos alunos e servidores, em relação ao tema deste estudo, desenvolvidos na Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina (ESP/SES/SC);

- Identificar a importância do processo de trabalho desenvolvido pela educação brasileira e sua magnitude no contexto social, focando no elemento economia.

1.3 JUSTIFICATIVA

A análise dessas categorias e a identificação da sua presença na pedagogia contemporânea podem constituir-se, sem dúvida, num grande programa a ser desenvolvido hoje em torno das perspectivas atuais da educação, em especial, voltados à educação especialista, com a formação de mão de obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

Não se pretende aqui dar respostas definitivas, porém pretende-se iniciar um debate sobre as perspectivas atuais da educação, sem a intenção de, com isso, encerrá-lo.

Existem muitos outros desafios para a educação. Apenas a reflexão crítica não basta, como também não basta à prática sem a reflexão sobre ela, porém dentro de uma visão otimista e crítica para uma análise em profundidade daqueles que se interessa por uma educação voltada para o futuro.

2 EDUCAÇÃO

A educação visa ao alcance de um conjunto de normas éticas e morais. Sendo assim, a grande importância dos ensinamentos de normas, éticas e morais, está no fato de que elas constituem princípios básicos da vida social, sem os quais a sociedade se autodestrói através dos tempos, podendo redundar após duas ou três gerações, na cristalização de causas inarredáveis, de patologia social, tais como violência, prevaricação, delinquência, irresponsabilidade e horrores sociais.

É indiscutível a importância da educação para o progresso de uma nação, seja ela desenvolvida ou esteja em vias de desenvolvimento. Economistas, sociólogos e outros intelectuais, a par de agentes políticos, com unanimidade professam tal ponto de vista, quer como utilização eficaz dos recursos humanos, quer como inversão de capital com rendimentos passíveis até de mensuração.

Todavia, malgrado a conscientização geral, estão ainda no início os estudos a respeito das funções da educação no desenvolvimento ou do papel da educação, na transformação das estruturas econômicas e sociais, no estímulo ao avanço tecnológico ou na sua atuação como investimento.

Cavalcanti (2002) discorre sobre o tema defendendo que mesmo considerando a ampla oferta de meios de comunicação social extraescolar, ainda assim há espaço para a escola na sociedade tecnológica e da informação. Isto por que, segundo o autor, ela cumpre funções que não são providas por nenhuma outra instância, ou a de prover formação geral básica capacidade de ler, escrever, formação científica, estética e ética, desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas.

O mesmo autor vai mais longe, alerta que os ensinamentos dados nas escolas precisam ser revistos, atualizados. Isto porque, ela não dispõe o monopólio do saber, uma vez que a educação acontece em muitos lugares, como a família, os meios de comunicação, as empresas, os clubes, as academias de ginástica, os sindicatos.

As próprias cidades vão se transformando em agências educativas à medida que os espaços e os equipamentos urbanos, as formas participativas de gestão dos recursos financeiros, os programas culturais e de lazer etc., são estas tipicamente práticas educativas.

Para Cleaver (1981) a capacidade do trabalhador vai além de ser para ele apenas um valor de troca, pois é também, valor de uso, de quando ele se organiza para lutar contra a exploração, por melhores condições de trabalho e de vida; quando utiliza sua capacidade de pensar e de se organizar em seu próprio benefício. É diante desses entendimentos que o trabalhador se organiza para lutar pelos seus direitos, no intuito de condições melhores de trabalho e também financeiro.

A forma pela qual a educação vem sendo abordada na sociedade brasileira, têm variado historicamente, levando em conta a ideia defendida por Durkheim (1975). Segundo os ensinamentos defendidos pelo autor, a educação é um método de socialização que agrega os indivíduos no contexto social e, por conseguinte, varia segundo o tempo e o meio.

A educação se inscreve entre as necessidades vitais da sociedade democrática, por constituir o único meio legítimo de participação de todos em tudo. Além disso, outro aspecto importante a ser destacado é sobre a economia da educação.

Segundo Reis (2016), em seu livro *Economia da Educação: geração de valor para a sociedade*, o autor apresenta algumas considerações sobre os valores que a educação agrega à sociedade, tanto na geração de riqueza como no desenvolvimento da nação, apresentando sugestões voltadas à melhoria da produtividade e o aumento da competitividade das instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Dentre suas sugestões, Reis (2016) destaca que o valor da educação impacta em diversas dimensões, como na capacidade de criar empregos e somar valor aos salários dos que possuem ensino superior, nos investimentos em infraestrutura, na pesquisa, inovação e tecnologia e, em especial, na capacidade de transformação social. Para o autor, a educação deve ser pensada como política de Estado e não de governo.

Nesta linha, é considerável acrescentar, que a qualidade da educação em qualquer país depende, em parte, da sua economia. Isto posto, vale lembrar que os investimentos aplicados em educação proporciona alcance melhores níveis de desenvolvimento geral, inclusive, e principalmente, na educação da população. Até por que, quando há falta de recursos suficientes para investir nesta área, os prejuízos são

imensuráveis, que vão desde a falta de infraestrutura nas escolas, carência de material didático, salários irrisórios para os profissionais da educação, etc., que acabam por provocar, também, elevado nível de evasão escolar, levando muitos desses alunos a seguir caminhos opostos, dentre eles, cometerem crimes, ser usuários de drogas, ou até mesmo, participar das estatísticas de extrema pobreza.

A respeito do tema, vale destacar o que preconiza as estatísticas. Em 2007, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, país e para o sistema educacional.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), de 100(cem) alunos que ingressam na escola na 1ª série, apenas 5(cinco) concluem o ensino fundamental, ou seja, apenas 5(cinco) terminam a 8ª série.

Queiroz (2011) destaca que a evasão escolar, que não é apenas um problema exclusivo das escolas, mas sim, uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro. Deste modo, as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação manifestam-se na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isso, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os problemas da Economia da Educação ou da aplicação da análise econômica para a escolarização estão ainda para ser devidamente equacionados, embora vários economistas hajam manifestado interesse pelos problemas educacionais. Apenas recentemente é que alguns autores começaram a pesquisar assuntos tais como produtividade e lucros da educação, indicadores quantitativos do desenvolvimento do capital humano e outros.

Na época atual, os economistas vêm acentuando a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu capital humano, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo.

O interesse dos economistas pela análise da relação entre educação e desenvolvimento foi recentemente estimulado pelo estudo de alguns exemplos de rápido desenvolvimento de países pobres em recursos naturais, mas ricos em recursos humanos, isto é, com elevado nível educacional.

A respeito do tema, Mello (1998) discorre que a educação passa a desempenhar, junto com as políticas de ciência e tecnologia, espaço central e articulado na ponta das macropolíticas do Estado, sendo fator significativo para a qualificação dos recursos humanos exigidos pelo novo padrão de desenvolvimento no qual a produtividade e a qualidade dos bens, e produtos são decisivos para a competitividade internacional. Ademais, segundo o autor, a educação não garante a justiça social, nem a eliminação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais, porém ela é, sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas.

Recentemente, alguns economistas começaram a se dedicar especialmente ao estudo da aplicação da análise econômica à educação, para medir a importância do capital humano no desenvolvimento, os lucros da educação a curto, a médio e em longo prazo, sua produtividade, as despesas com a educação, as finanças do sistema educacional, a contabilidade da educação, entre outros.

É possível que muitas políticas educacionais, na teoria, tenham como objetivo transformar, através da educação, os indivíduos e a sociedade em algo melhor. Todavia, ao se concretizarem, ao se materializarem, elas podem desencadear um processo que não é ensino, mas sim deseducação. A política educacional ajuda a formar tipos de seres humanos, visa assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade. É justamente nesse momento, que a política educacional revela sua dupla face: política e econômica.

Nesta linha, Osborne e Gaebler (1994) acrescentam que a busca por mudanças estruturais e revolucionárias, que descentralizam a autoridade, reduzem a hierarquia, estimulam parcerias e privilegiam a qualidade com foco nos clientes, visando elevar a competitividade nos novos mercados globais que se configuram, tem sido mais intensa em vários segmentos da sociedade, dentre elas, empresas, organizações não-

governamentais, que procuram se tornar mais flexíveis, inovadores e empreendedores para fazer frente aos desafios da modernidade.

À medida que um país se desenvolve, ele passa a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da tecnologia e do trabalho qualificado. Formação profissional, tecnologia e desenvolvimento econômico-social são situações e atitudes, que se integram ou ainda termos de uma equação. A educação oferece ao educando algumas opções, sejam elas em função do grau do ensino, sejam em função da escolha da especialização. (BAPTISTA FILHO, 1975)

Nesta linha, vale ainda acrescentar que o papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente, em relação à formação de mão de obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

Por sua tendência conservadora e sua estreita vinculação, com a estrutura social existente, os sistemas educativos podem favorecer a perpetuação de atitudes pouco propícias ao desenvolvimento econômico. (ECHEVARRÍA et al., 1967)

Destarte, é evidente o alto valor econômico de escolarização eficaz para todas as crianças. Tal educação proporciona ao indivíduo, as condições mínimas para participar na economia moderna, como produtor e consumidor, e para receber formação profissional, na escola ou no trabalho mesmo.

Os benefícios econômicos, que se obtêm da educação primária universal eficaz são praticamente incalculáveis. Como constituem um melhoramento para toda a população, não podem ser avaliados tão somente pelas diferenças nos níveis de renda ou pela necessidade de contar com aptidões determinadas.

Do ponto de vista econômico, um país que inicia seus esforços de desenvolvimento, com um sistema escolar rudimentar poderia conceder uma prioridade demasiado alta à expansão da educação primária, em relação a outros níveis de educação. Ademais, o desenvolvimento econômico e o educacional não devem ser coerentes. O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um

grau de evolução cultural, que favoreça o crescimento da população e o melhoramento do nível de vida de seus habitantes.

Schmitz (1984) sustenta, que a formação da educação superior, pautada em ensino, pesquisa e extensão, deve também promover a unidade nacional, procurando desenvolver, por meio da pesquisa científica, soluções para problemas que afetam a nação.

Morin (1998) destaca que o conhecimento produzido pela ciência tem grande valor na sociedade, uma vez que é um conhecimento verificado, considerado de extrema precisão, que conduz a grandes descobertas no universo. Ao mesmo tempo, este mesmo conhecimento científico, com suas qualidades (elucidativo, conquistador e triunfante), não só soluciona problemas, mas também permite o desenvolvimento de problemas graves. Em outros termos, o mesmo conhecimento científico que produz, à ação que determina, à sociedade que transforma, traz possibilidades terríveis de subjugação.

A revolução tecnológica digital e o surgimento da sociedade da informação terminam por afetar todas as atividades humanas. Por conseguinte, é preciso que os indivíduos, passivos e fascinados pelas inovações, tornem-se cada vez mais ativos no intento de assegurar seus direitos diante do poderio das novas tecnologias, evitando que se sintam invadidos pelo mundo digital das infovias. (SANTOMÉ, 1998).

Diante dessas expectativas, Teixeira (1999) acrescenta que a educação fundamental é vista como sendo o patamar inicial para o triunfo da cidadania social, sabendo-se, entretanto, que ela só será de fato praticada com a universalização da educação básica.

Em que pese à educação integrar o indivíduo ao meio social, bem como lhe proporcionar uma maior capacidade de independência, é imperioso assinalar que a educação, sempre tem uma importância voltada à questão social, ainda que essa propositura assuma sentidos diversos no decorrer da história.

Nesse sentido, elevar a classe trabalhadora discorre, para além do trabalho assalariado, que lhe garante parte da sobrevivência, o trabalho realizado fora das empresas, como por exemplo, trabalhos realizados em sua residência – domésticos, nas unidades de saúde que garantem a saúde do trabalhador, nas instituições de lazer

e de consumo, que oportuniza a reposição de suas energias e nas instituições de ensino que age diretamente na qualificação necessária para o exercício do trabalho.

Doray e Pelletier (1999) discorrem que a educação está em fase de transformações no modo de produção do conhecimento, esta que se vinculam à mundialização da economia, no progresso dos saberes ou da informação e à introdução das mudanças tecnológicas no processo de produção. Segundo as autoras, estas transformações, aliadas à reformulação do papel do Estado que decrescem os recursos públicos indispensáveis à educação, sugerem uma racionalidade econômica que se faz sentir na pesquisa universitária, com a passagem de uma política da ciência para uma política da inovação.

Visto isso, consagramos um tempo de expectativas, de *perplexidade* e da crise de concepções e paradigmas não apenas porque se inicia um novo milênio — época de balanço e de reflexão, época em que o imaginário parece ter um peso maior.

O ano 2000 exerceu um fascínio muito grande em muitas pessoas. Paulo Freire dizia que queria chegar ao ano 2000 (acabou falecendo três anos antes). É um momento novo e rico de possibilidades. Por isso, não se pode falar do futuro da educação sem certa dose de cautela. É com essa cautela que serão examinadas, neste artigo, algumas das *perspectivas atuais* da teoria e da prática da educação, apoiando-se naqueles educadores e filósofos que tentaram, em meio a essa perplexidade, apesar de tudo, apontar algum caminho para o futuro.

A perplexidade e a crise de paradigmas, não podem se constituir num alibi para o imobilismo.

A virada do milênio é razão oportuna para um balanço sobre práticas e teorias que atravessaram os tempos. Falar de perspectivas atuais da educação é também falar, discutir, identificar o espírito presente no campo das ideias, dos valores e das práticas educacionais que as perpassa, marcando o passado, caracterizando o presente e abrindo possibilidades para o futuro.

Algumas perspectivas teóricas que orientaram muitas práticas poderão desaparecer, e outras permanecerão em sua essência. Quais teorias e práticas fixaram-se no *ethos* educacional, criaram raízes, atravessaram o milênio e estão presentes hoje?

Para entender o futuro é preciso revisitar o passado. No cenário da educação atual podem-se destacar algumas pegadas, alguns marcos, que persistem e poderão persistir na educação do futuro.

3 METODOLOGIA

Para a construção do trabalho serão utilizadas técnicas de metodologia que possibilitam o alcance dos objetivos propostos no estudo.

Neste estudo de caso, será utilizada a pesquisa qualitativa, descritiva, justificando-se pelo fato de se tratar de uma pesquisa de caráter exploratório e a Entrevista em Profundidade, baseada por meio de Levantamento Documental.

Foi realizada pesquisa de campo e entrevista com os alunos e professores do curso em andamento com o tema “Saúde do Trabalhador”, junto a Escola de Saúde Pública, vinculada a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (ESP/SES/SC).

O Estudo de Caso teve seu início com uma visita a Escola de Saúde Pública, após contato prévio com a gerente administrativa, que organizou uma reunião com a equipe que constroem e coordena os cursos de especialização ministrados nesta instituição.

Foram realizados 3 encontros, sendo a primeira com a participação do grupo, e as duas subsequentes, para entrevistas individuais com servidores, e ainda coletas de materiais para pesquisa documental, que foi realizado nos dias 02, 03, 04 de outubro de 2018.

A pesquisa está embasada em um estudo de caso e para a sua elaboração foi utilizado à pesquisa qualitativa, descritiva, entrevista em profundidade e pesquisa bibliográfica. Busca-se através do levantamento de dados a serem pesquisados obter resultados que venham sinalizar resposta ao tema do papel da escolarização no desenvolvimento econômico, compreendendo a educação no contexto da globalização e o da informação, além da educação como fomentadora de competitividade em Santa Catarina.

O estudo de caso tem como base os seguintes sujeitos: servidores da Escola de Saúde Pública e os alunos matriculados nos cursos em andamento.

O estudo de caso realizado, através do método qualitativo difere entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Por meio da abordagem qualitativa utilizada neste estudo de caso, será possível obter informações referentes ao tema, buscando aperfeiçoar o desenvolvimento do tema.

Com relação aos tipos de pesquisa, será utilizada a pesquisa descritiva que tem o objetivo de observar os dados, analisá-los e interpretá-los com o intuito de obter as informações referentes ao presente estudo.

Este trabalho está apresentado da seguinte forma:

Capítulo 1 - iniciamos com a Introdução e a Metodologia;

Capítulo 2 - apresenta uma breve introdução da Referência Teórica sobre o tema estudado;

Capítulo 3 - Apresentação e Análise dos Dados, contemplando um breve relato do contexto histórico sobre a educação, desenvolvimento econômico, tendo como base a realidade observada na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina, vinculada a Secretaria de Estado da Saúde (ESP/SES/SC), com propostas de solução, de melhoria, resultados esperados e viabilidade da proposta sugerida;

Capítulo 4 - Considerações Finais;

Capítulo 5 - Referências Bibliográficas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados adotados neste trabalho são descritos no quadro a seguir.

Quadro 1- Fluxograma das atividades desenvolvidas no local de pesquisa.

Instrumento de coleta de dados	Universo pesquisado	Finalidade do Instrumento
Entrevista	Servidores do quadro da Secretaria de Estado da Saúde de SC, vinculados a ESP/SES/SC.	Identificar os métodos desenvolvidos pelos profissionais da SES, em relação a educação na sociedade, sobretudo, como fomentadora de competitividade econômica em SC.
Observação Direta ou dos participantes	Por ser tratar de uma escola de governo, onde existem diversos profissionais de diversas áreas, é necessário identificar todo o cenário apresentado. Situações observadas: aluno x preceptor, material didático, avaliações (professor e alunos), aplicações no cotidiano.	Verificar o processo de trabalho desenvolvido pela escola frente a execução das atividades desenvolvidas na instituição e sua aplicabilidade na economia do Estado.
Documentos	Formulários de entrevista com os envolvidos, análise documental (pesquisas de avaliação feita pelos alunos), pesquisa bibliográfica.	Observar os dados, analisá-los e interpretá-los com o intuito de obter as informações referentes ao presente estudo.
Dados Arquivados	Os documentos avaliados e pesquisados serão realizados através de avaliação presencial feita no início e final de cada curso desenvolvido pela instituição de ensino.	Fazer um comparativo entre as atividades desenvolvidas e o grau de satisfação dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem e o que isso acrescenta na economia de Santa Catarina.

Fonte: Informações do pesquisador. Outubro/2018.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A concepção da Escola de Saúde Pública de Santa Catarina está associada a três momentos distintos: concepção do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde (CEDRHUS), incorporação do CEDRHUS à Diretoria de Administração de Recursos Humanos com a denominação de Gerência (GEDRHUS), conforme determina a Lei Complementar nº 284, de 2005, revogada pela Lei Complementar nº 381, de 2007. (SC, 2007; 2005)

Em 1992, sob a coordenação da Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Diretoria de Administração de Pessoal da SES/SC e da assessoria da Organização Pan-americana da Saúde e do Ministério da Saúde iniciou-se o processo de criação do CEDRHUS, através da Lei Complementar nº 091/93. (SC, 1993)

O CEDRHUS tinha por objetivo geral planejar e executar a Política Estadual de Desenvolvimento de Recursos Humanos, em articulação com a Política Estadual de Saúde, visando garantir a qualidade e a humanização do atendimento dos serviços de saúde.

Em 1999, início de uma nova gestão estadual, o CEDRHUS foi incorporado à Diretoria de Administração de Recursos Humanos com a denominação de Gerência (GEDRHUS). A alteração organizacional, entretanto, não modificou as competências das três estruturas básicas do antigo CEDRHUS.

A constituição da Escola de Saúde Pública da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (ESP/SES/SC) inicia-se a partir da Reforma Administrativa do Estado, culminando na Lei Complementar nº 284, de 2005, revogada pela Lei Complementar nº 381, de 2007. (SC, 2007; 2005)

A lei institui um novo desenho organizacional que estabelece uma hierarquia que contempla os seguintes níveis: Superintendência de Gestão do SUS (SUG); Diretoria de Desenvolvimento Humano (DIDH); Gerências da Escola de Saúde Pública (GEESP) e da Escola de Formação Técnica em Saúde (GEFOS), sendo esta já existente na estrutura anterior.

A Escola de Saúde Pública do Estado de Santa Catarina (ESP/SES) tem endereço à Rua Esteves Júnior, 360, Florianópolis/SC, andar térreo, anexo I, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Em seu quadro de Recursos Humanos possui 12 profissionais, entre especialistas, mestres e doutores, voltados a Educação em Saúde, dentre eles, 01 bibliotecário, 01 psicóloga, 01 dentista, 01 farmacêutico, 03 enfermeiros, 01 pedagoga, 01 administrador, 01 engenheiro, 01 arquiteto, 01 secretária escolar, 01 geógrafo e 03 estagiários de nível superior das instituições de ensino credenciadas a esta secretaria de saúde (cursos direito, biblioteconomia e administração). (ESP/SES, s./d.)

Além disso, para a programação e elaboração de cursos específicos, a escola conta com empresas contratadas, via edital de licitação, para complemento de outros profissionais especialistas nas áreas dos cursos oferecidos pela escola. O organograma da escola está definido da seguinte forma: Gerência, Conselho Consultivo, assistente, divisão de pesquisa, divisão de desenvolvimento profissional, divisão de gestão escolar, divisão de documentação. (ESP/SES, s./d.)

Sua missão é promover o estudo sistemático da saúde coletiva visando à construção, acompanhamento e avaliação de estratégias voltadas ao ensino, no âmbito do SUS em Santa Catarina, com ênfase na perspectiva multiprofissional e interdisciplinar, contribuindo para a formação de cidadãos capazes para atuar de maneira ética e humanizada. (ESP/SES, s./d.) A ESP/SES/SC oferece cursos técnicos, pós-técnicos, especialização e capacitações voltados para a área da saúde.

O objetivo geral traçado pela ESP é promover a educação permanente dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde, visando à produção do conhecimento e o aprimoramento do sistema, contribuindo para a efetivação do direito à saúde do cidadão. (ESP/SES, s./d.)

Os objetivos específicos são: promover a adequação do espaço físico e do quadro de pessoal; promover o aprimoramento constante do Projeto Político Pedagógico; estabelecer um canal de comunicação efetiva entre a escola e os membros do Conselho Consultivo; buscar junto a SES os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das atividades; realizar cursos lato sensu e de

capacitação; implantar estratégias de avaliação de egressos dos cursos e realizar pesquisas de interesse da saúde coletiva. (ESP/SES, s./d.)

Eixos Norteadores defendidos pela ESP/SES:

- a) Gestão do Trabalho no SUS;
- b) Atenção na Saúde;
- c) Controle Social;
- d) Vigilância em Saúde;
- e) Humanização como política transversal.

4.2 PROCESSO DE TRABALHO NO CAMPO DE PESQUISA

O ingresso do pesquisador no campo de estudo, se deu em 02(dois) períodos distintos.

A primeira fase ocorreu no dia 02 de outubro de 2018 com uma visita na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina (ESP/SES/SC), agendada com a Gerente da escola.

O motivo desta primeira visita foi de conhecer o campo de pesquisa, a equipe e o processo de trabalho desenvolvido pela escola. A Gerente, como também toda a equipe, se mostrou disposta a colaborar com a pesquisa, entregando cópia de documentos e folders, desenvolvidos pela equipe com informações sobre o processo de trabalho, divulgações de novos cursos e orientações aos alunos. Diante desta documentação e acesso à página da escola, pode-se realizar a pesquisa com maior relevância, incluindo novas informações nos questionários e perguntas elaboradas para a segunda fase de visita na escola ESP/SES/SC.

A segunda visita ocorreu nos dias 03 e 04 de outubro de 2018, onde se agendou entrevista com alguns servidores da ESP/SES/SC, dentre eles, a Gerente da ESP, Divisão de Pesquisa, Secretária Escolar, responsável pelo Ensino a Distância (EaD) e Apoio Pedagógico.

Primeiramente ocorreu uma conversa com cada envolvido e, após esta fase, foi solicitado o preenchimento de um questionário elaborado pelo pesquisador, a fim de compreender todo o processo de trabalho, desenvolvido por estes profissionais. Além

disso, foi concedido espaço para pesquisa documental da escola, como por exemplo, dados de cursos, monografias, artigos publicados em revista específica da escola, reclamações, opiniões e sugestões dadas pelos alunos, processo seletivo, escolhas dos temas e dos cursos, metodologia usada e novas propostas de trabalho.

Ao realizar a pesquisa de campo, com entrevista e análise documental da ESP/SES/SC, pode-se observar que estas políticas voltadas à economia brasileira, em destaque, a de Santa Catarina se encontram presentes, não somente nos diagnósticos apresentados e defendidos pelos servidores desta instituição, como também de seus colaboradores e de seus alunos matriculados no curso, em especial, objeto deste trabalho que são (Pós-Graduação Lato Senso em Gestão do Trabalho).

No entanto, percebe-se, após entrevistas realizadas com os profissionais dessa escola, que existe uma limitação nos processos de trabalhos por parte da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC), citando como exemplo, dificuldade de contratar profissionais habilitados e capacitados, uma vez que, em determinados cursos há necessidade de contratação de técnicos de áreas específicas, demora nos processos licitatórios, saída de profissionais para o processo de aposentadoria sem a devida reposição, ou quando há, não existe qualificação, tão pouco treinamento rápido para assumir determinadas áreas específicas.

Quanto as dificuldades descritas pelos alunos matriculados nos cursos específicos, através de pesquisa de satisfação ou formulários de reclamações/sugestões analisadas, existem poucas aulas práticas, deixando os cursos muito teóricos, necessidade de realizar mais cursos EaD tendo em vista os deslocamentos de profissionais de regiões fora da capital, o que facilitaria todo o processo de aprendizagem, deixando apenas espaços para dúvidas e treinamentos práticos.

Além disso, agilidade nos processos de implantação dos cursos, em especial, os pós-técnicos (cursos de reciclagens que são realizados pela ESP/SES/SC com atualização de novos temas e legislações), a fim de colocar em práticas novas técnicas ou cumprimentos de legislações vigentes, como também treinamentos para casos de epidemiologia (surto de doenças) e outros afins.

4.3 PROPOSTA DE MELHORIA DA REALIDADE ESTUDADA

De acordo, com os estudos bibliográfico e documental, pesquisa de campo e entrevista, percebe-se que algumas ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (SES/SC) são efetivadas, com abordagens contemporâneas dadas a educação na sociedade brasileira, sobretudo, com ideias de educação como fomentadora de competitividade econômica, em que pese tratar-se de processos voltados a área da saúde pública de Santa Catarina.

No entanto, após análise nas pesquisas documentais e pesquisa de satisfação, os entrevistados e os alunos que frequentam os cursos ofertados por esta escola, entendem que podem ocorrer melhoras por parte da escola quanto aos temas, a metodologia desenvolvida, com o aproveitamento de recursos tecnológicos, aperfeiçoando ainda mais todas as atividades desempenhadas pelos profissionais que recebem estes treinamentos.

De acordo, com os servidores entrevistados, para a implantação e realização de alguns cursos, há a necessidade de financiamento federal, e, caso isso ocorra, esta instituição pública poderá melhorar o seu processo de trabalho, como por exemplo, maior planejamento e acompanhamento de seus processos, utilizando fórmulas e recursos de informática que facilitam o bom andamento de suas atividades.

Segundo os servidores entrevistados na ESP/SES/SC, as aberturas de cursos, de vagas, processos licitatórios ainda ocorrem de forma lenta, necessitando a sua impressão, assinaturas de vários envolvidos, levando estes documentos de um setor para o outro, e, somente após toda essa tramitação é que chega a gerência de contratação de processos, ou ainda, na gerência financeira para liberação de recursos.

Nestes exemplos acima citados, não podemos deixar de mencionar que em alguns órgãos públicos, ocorreu a implantação de processo de informatização, sendo este fundamental para todo o desenvolvimento e sucesso nas suas atividades.

Aqui vale lembrar, que o Poder Judiciário, não somente em Santa Catarina, como também a nível nacional, vem implantando de forma sistemática essa nova atividade, facilitando a todos os envolvidos, com agilidade e rapidez, não somente no envio de documentos judiciais, como também no seu acesso a publicações de decisões

e requerimentos, onde cada envolvido (advogados, juízes e os próprios servidores do judiciário), conseguem realizar seus trabalhos de forma ativa e simples.

Assim, para qualificar e aperfeiçoar, ainda mais os processos de trabalhos, com a ideia de melhorar a eficácia e a redução do desperdício de recursos públicos, existem soluções rápidas e que podem dinamizar todo esse processo de trabalho desenvolvido pela SES/SC e que, somente com a implantação de novas tecnologias e mudança no comportamento dos gestores, podem eliminar todo esse excesso de desperdício de trabalho.

Além do que, toda a cadeia estando interligada, facilita o acompanhamento das demandas e cobranças na sua implantação e desenvolvimento de seus trabalhos, o que fortalece toda a economia voltada à área da educação e da saúde, constatada na pesquisa.

Outros pontos, em destaque, foram às demandas solicitadas pelos alunos dos cursos em andamento. Que reiteradamente, solicitam a implantação de novos cursos na modalidade EaD, pelo menos parte da disciplina teórica, o que facilita os estudos e a eliminação de gastos públicos, já que os servidores são dispensados de suas atividades para frequentar cursos na ESP/SES/SC.

Os alunos referem também, que há excesso de gastos, com impressão de textos, de contratações de professores na modalidade presencial, internet, luz, funcionários da limpeza, dentre outros serviços. Os alunos também sugerem novos temas atuais, como por exemplo, processo sustentável, equilíbrio ambiental e qualidade de vida. Temas não somente nas atividades educativas como também nas suas rotinas de trabalho, cursos com processos menos onerosos e retrabalhos, pois de nada adianta suscitar programas novos, temas novos, cursos de aperfeiçoamento, se a prática é outra.

4.4 RESULTADOS ESPERADOS

Após análise e pesquisas realizadas na ESP/SES, referente a todo trabalho desenvolvido por seus profissionais e sugestões dadas pelos alunos que frequentam os dois cursos momento da pesquisa na escola, espera-se que as propostas delineadas

pelos servidores, alunos e a proposta apresentada nesse trabalho, que ocorra o processo de informatização de toda a cadeia de trabalho, assim como a implantação de cursos na modalidade EaD, investimentos na área da tecnologia, sejam efetivamente implantados, com o aumento inclusive de novos participantes, facilitando a multiplicação de saberes, que efetivamente atinja toda a cadeia de serviços prestados a população, que depende de saúde gratuita.

4.5 VIABILIDADE DA PROPOSTA

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem-se constituído um grande desafio para os gestores, profissionais da saúde e a sociedade como um todo. Isto por que, os caminhos traçados durante estas fases de funcionamento e apresentação de novos modelos de trabalhos são bastante variados e ricos nos diferentes aspectos e cenários de construção deste cenário, quando tratamos com saúde, este cenário se torna ainda mais criterioso.

Com o propósito de melhorias de seus serviços, faz-se necessário a implantação de políticas educacionais, que venham a estimular o melhoramento dos serviços oferecidos a população em geral, sem que para isso, ocorram desperdícios de recursos públicos.

Deste modo, após a realização deste estudo de caso e pesquisas bibliográficas e documentais, percebe-se que as propostas aqui apresentadas não demandam custos elevados, bem pelo contrário, com a implantação de processos informatizados, os trabalhos executados pelos servidores deste órgão facilita a execução de suas atividades diárias, melhora o acesso aos demais órgãos competentes, oportuniza a inclusão de novos cursos e de participantes, inclusive, com novos cursos na modalidade à distância.

Ademais, o processo de trabalho que requer repetição de seus atos, anulação, retificação de documentos, torna-se ineficaz, inseguro e burocrático e cheio de incertezas.

Campos et al. (2010) afirmam que planejar é tão somente pensar antes e durante a ação. A respeito do tema, o Ministério da Saúde, fonte financiadora de alguns

cursos implantados na ESP/SES/SC, tem se posicionado a respeito desse tema, quando descreve que sobre os aspectos técnicos, político e ideológico que envolve a saúde, torna-se imperioso buscar um novo modelo assistencial que de sentido prático e respostas as necessidades concretas da população. (BRASIL, 2007)

Nesta linha, o profissional, ao buscar realizar seus projetos ou aplicá-los no seu dia a dia de trabalho, precisa traçar um planejamento para alcançar suas metas, cujas ações são primordiais para a sistematização dos programas de saúde a serem oferecidos a todos os usuários do SUS. Conforme, determinam às diretrizes do Ministério da Saúde, os profissionais de saúde, no seu âmbito, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual, como também coletivo. (BRASIL, 2007)

No entanto, existem diferentes maneiras de pensar, de planejar e de executar, o que difere uns dos outros e o modo de trabalho, mas com objetivo de que o resultado do trabalho seja satisfatório, a ponto de atingir os objetivos traçados na maior exatidão possível.

É neste sentido, que se observa que as mudanças culturais, estabelecem novas posturas, tanto das organizações como dos prestadores de serviços. Isso nos leva a implantar novas tendências de gestão, que demostram modelos de competências de como aprender e desenvolver seus trabalhos atendendo aos anseios da comunidade.

Dentre as competências, encontram-se as competências técnicas, relacionadas ao desenvolvimento econômico; as intelectuais relacionadas à produção do conhecimento; as cognitivas relacionadas à capacidade intelectual com domínio cognitivo; a relacionada à habilidade prática, relação e interação; as sociais/políticas que englobam relações e participações em sociedade; as didático-pedagógicas voltados para a educação e ensino; as metodológicas referentes à aplicação de técnicas e meios de organização de atividades de trabalhos e por fim, as de lideranças que unem as habilidades pessoais e conhecimento de técnicas capazes de influenciar e conduzir as pessoas. (RESENDE, 2000)

São nesta esteira, que as sugestões propostas à melhoria do processo de trabalho e de ensino, que foram sugeridas neste presente estudo de caso foram

calçadas, a ponto de contribuir com o processo de melhoria na qualidade dos serviços prestados a comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração deste Estudo de Caso, evidenciou-se a importância dos trabalhos desenvolvidos pela ESPS/SES/SC, em que pese o desenvolvimento de treinamentos aos profissionais da saúde, levando qualidade aos serviços prestados a comunidade atendida pelo SUS.

No entanto, planejar nada mais é do que organizar as atividades de forma clara, objetiva e simples, a ponto de evitar que ocorra execução de trabalhos repetitivos, anulações de atos, caracterizando má qualificação/gestão daqueles que executam suas tarefas, burocratização, além dos gastos em excesso e desnecessários.

Neste sentido, qualificar, modernizar seus atos pode influenciar nas tarefas bem desenvolvidas, surgindo indivíduos capazes de enfrentar novos desafios até a sua efetivação, não podendo deixar de lembrar que a comunicação deve ser um instrumento poderoso no processo de trabalho.

Por meio das coletas de dados (bibliográficos, documentais e visitas in loco), percebeu-se a importância da formação dos profissionais da saúde, com o propósito de executar tarefas que demandam práticas e senso crítico.

No entanto, o desafio de lidar com essas novas provocações requer tempo e estímulos, não somente nos gestores, como também nos indivíduos que formam esta cadeia. Vale lembrar que a educação permanente, deve ser implantada em todos os seguimentos, não somente na área da saúde, a ponto de ocorrer trocas de experiências e sucesso nos trabalhos desenvolvidos e entregues as comunidades em geral.

Por fim, buscaram-se evidenciar o papel educativo da ESP/SES/SC para a difusão de informações e conhecimentos científicos, processos estes voltados ao paradigma da sustentabilidade, educação como meio de disseminação de conhecimento e competitividade econômica, apoiando-se no desenvolvimento das sociedades modernas.

Vale lembrar que a ciência contribui sobremaneira na produção de conhecimento e inovação para formar cidadãos voltados a prática de formas sustentáveis, no entanto, a ela deve-se somar o campo educacional que é o meio mais fácil de disseminar conhecimento em massa.

O papel da escola em relação à sustentabilidade é de informar aos seus alunos, as descobertas científicas e as inovações tecnológicas, evidenciando e comparando outras formas de pensar e agir sobre o meio ambiente.

6 REFERÊNCIAS

BAPTISTA FILHO O. **Economia da Educação, Planejamento e Explosão Demográfica**. São Paulo: Pioneira, 1975.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/> > Acesso em: 14 ago. 2016.

CAMPOS, Francisco Carlos Cardoso de; FARIA, Horácio Pereira de; SANTOS, Max André dos. **Planejamento e avaliação das ações em saúde**. 2ª ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2005.

CLEAVER, Harry. **Leitura política e o capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DORAY P., PELLETIER P. Les politiques publiques et l'université : quelques points de repère historiques (1960-1998). In: BERTRAND D. & BEAULIEU P. **La politique des universités**. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975.

ECHEVARRÍA, José Medina; VERA, Oscar; BARAN, Paul A.; et al. **Desenvolvimento, trabalho e educação**. v. 1 Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELLO, G. N. **Cidadania e complexidade**. São Paulo: Cortez Editora; 1998.

MORIN, Edgar; CIURANA Emílio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método e aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez, 2003.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1994.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. IN: **25ª Reunião da ANPED**, 29 de setembro a 02 de outubro de 2002, Anais..., Caxambu (MG): ANPED, 2002.

REIS, Fábio (Org.). **Economia da educação: geração de valor para a sociedade**. São Paulo: Cultura, 2016.

RESENDE, E. **O livro das competências. Desenvolvimento das competências: a melhor autoajuda para as pessoas organizações e sociedade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

SANTA CATARINA. Lei complementar n. 381, de 07 de maio de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina** de 25 de julho de 2007. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-381-2007-santa-catarina-dispoe-sobre-o-modelo-de-gestao-e-a-estrutura-organizacional-da-administracao-publica-estadual-2018-03-14-versao-compilada>

_____. Lei complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005. Estabelece modelo de gestão para a administração pública estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do poder executivo. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina** n. 17.682 de 19 de julho de 2005. Disponível em: <http://leisestaduais.com.br/sc/lei-complementar-n-284-2005-santa-catarina-estabelece-modelo-de-gestao-para-a-administracao-publica-estadual-e-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-do-poder-executivo> Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Lei complementar n. 091, de 09 de julho de 1993. Cria o Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde – CEDRHUS, alterando a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde nessa área. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina** de 07 de outubro de 1993. Disponível em: <http://efos.saude.sc.gov.br/portal2011/index.php/a-efos/1-sobre-nos> Acesso em: 10 mar. 2018.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SANTA CATARINA, Escola de Saúde Pública de Santa Catarina. **Institucional**. Disponível em: <http://esp.saude.sc.gov.br/> Acesso em: 10 mar. 2018.

SCHMITZ, Egídio Francisco. **Caminhos da universidade brasileira**: filosofia do ensino superior. Porto Alegre: Sagra, 1984.

TEIXEIRA, Z. A. **Políticas públicas e educação para crianças, adolescentes e jovens**. Políticas públicas sociais. Brasília: INESC, 1999.